

**RELATÓRIO DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
12 DE ABRIL DE 2019**

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Luciano Guimarães, publicaremos semanalmente Relatório de Atividade Legislativa de proposições monitoradas pela Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares.

	Identificação	Autor	Ementa	Explicação Ementa	Última Ação	Casa Atual
1	PDS 00085/2015	Dep. Nelson Marquezelli - PTB/SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		SF: 08/04/2019: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Fernando Bezerra Coelho, para emitir relatório.	Senado Federal



2	PLS 00013/2015	Sen. Humberto Costa - PT/PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	SF: 10/04/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 276/2019, de autoria do Senador Jaques Wagner, solicitando tramitação conjunta do PLS 13/2015 com o PL 1641/2019. O Requerimento vai à Comissão Diretora. Recebido em: CDIR - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
3	PLS 00654/2015	Romero Jucá PMDB/RR	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Cria o licenciamento ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	SF: 20/02/2019: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Telmário Mota, para emitir relatório.	Senado Federal



4	PLS 00667/2015	Sen. Reguffe - S/Partido/DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	SF: 02/04/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: É recebido, nesta data, o Relatório do Senador Zequinha Marinho, com voto pela aprovação da Matéria na forma do substitutivo que apresenta (anexado às fls. de 07 a 14).	Senado Federal
---	-------------------	--------------------------------	---	--	--	----------------



5	PLS 00304/2015	Sen. Davi Alcolumbre - DEM/AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de "Terraço Verde" nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	SF: 21/12/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
6	PLS 00189/2015	Sen. Randolfe Rodrigues - REDE/AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou	20/10/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



				dos demais entes federativos.		
7	PLS 00279/2016	Sen. ROMÁRIO - PSB/RJ	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 para dispor que nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria observando que a definição de projetos e adoção de tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal.	SF: 14/02/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguarda designação de relator.	Senado Federal



8	PEC 00061/2015	Sen. Gleisi Hoffmann - PT/PR	Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.	Acrescenta os §§ 19 e 20 ao art. 166 da Constituição Federal, para permitir que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, indicando o ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.	SF: 10/04/2019: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remetido Ofício SF nº 159, de 10/04/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando à apreciação daquela Casa autógrafos da presente Proposta de Emenda à Constituição. (fls. 87 a 89). À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Senado Federal
---	-------------------	------------------------------------	--	--	---	-------------------



9	PLS 00253/2016	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT/RR Sen. Telmário Mota - PTB/RR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.	SF: 27/02/2019: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Eduardo Braga, para emitir relatório.	Senado Federal
10	PLS 00317/2015	Sen. Dário Berger - PMDB/SC	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	Torna obrigatória a instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção e reforma de prédios públicos.	SF: 21/02/2019: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Paulo Rocha, para emitir relatório.	Senado Federal



11	VET 00013/2018	Presidência da República	Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 1 de 2014 (nº 1.119/2015, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências".		26/06/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA Ação: Ao Plenário. Recebido em: SEADI - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional em	Congresso Nacional
----	-------------------	-----------------------------	---	--	--	-----------------------



12	PLS 00700/2015	Sen. Roberto Rocha - PSB/MA Sen. Roberto Rocha - PSDB/MA	Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.462/2011 (que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC) para determinar a observância de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.	04/11/2015: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
13	RQS 00660/2015	Romero Jucá PMDB/RR	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, passe a tramitar em separado.			Senado Federal



14	PLS 00198/2018	Cássio Cunha Lima PSDB/PB	Modifica a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), acrescentando § 5º ao seu art. 1.341, § 3º ao seu art. 1.350 e parágrafo único ao seu art. 1.355, a fim de facilitar a convocação de reuniões de condomínio e respectivas deliberações voltadas à realização de obras nas áreas comuns dos condomínios em edificações voltadas à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	Altera o Código Civil para facilitar a convocação de assembleia do condomínio e a deliberação sobre a realização de obras condominiais voltadas à promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	04/05/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
15	PLS 00168/2018	Sen. Acir Gurgacz - PDT/RO	Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a	Cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou	SF: 28/03/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Sérgio Petecão, para emitir relatório.	Senado Federal



			avaliação ambiental estratégica.	empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE).		
16	PLS 00303/2018	Hélio José PROS/DF	Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	Cria e regulamenta a instituição de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	28/06/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal



16	PLS 00324/2015	Sen. DONIZETI NOGUEIRA - PT/TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	SF: 21/02/2019: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Paulo Rocha, para emitir relatório.	Senado Federal
----	-------------------	--------------------------------------	--	---	--	----------------



17	PLS 00015/2015	Sen. Ivo Cassol - PP/RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	SF: 08/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando leitura de requerimento do Senador José Pimentel, de tramitação em conjunto dos PLS nºs 65/2014; 396/2014; 15/2015; 51/2015; 667/2015; 745/2015; 58/2016; e dos PLC nºs 56/2014; 109/2014; 16/2016; e 17/2016. A leitura se dará quando todas as matérias estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266, do RISF. Recebido em: SLSF - Plenário do Senado Federal.	Senado Federal
----	-------------------	----------------------------	--	--	--	----------------



18	PLS 00196/2016	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera o art. 40 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que o edital de licitação de obra pública preveja a obrigatoriedade de revisão do cálculo estrutural por consultoria independente.	Altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever a exigência de revisão do cálculo estrutural, bem como de aferição das peças estruturais, previamente à concretagem, por consultoria independente, quando se tratar de licitação de obras públicas que possam expor seus usuários a risco.	SF: 21/12/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno. Recebido em: COARQ - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal
----	-------------------	---	--	---	--	----------------



19	PLS 00280/2017	Sen. Antonio Anastasia - PSDB/MG	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação a particulares do serviço público de fiscalização administrativa, autorizado por lei especial.	07/02/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 2, de 2018-CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria (fls. 48 e 49).	Senado Federal
----	-------------------	--	--	--	---	-------------------



20	PLS 00604/2015	Sen. José Serra - PSDB/SP	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Altera a Lei 8.666/1993 para atualizar os valores limites das modalidades de licitações, sendo, para obras e serviços de engenharia: convite até R\$ 450.000,00; tomada de preços até R\$ 4.500.000,00; concorrência - acima de R\$ 4.500.000,00; e para compras e serviços: convite até R\$ 240.000,00; tomada de preços até R\$ 1.950.000,00; e concorrência acima de R\$ 1.950.000,00.	SF: 05/02/2019: SF-SACCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Relatoria encerrada por fim de mandato. Recebido em: CCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em	Senado Federal
----	-------------------	---------------------------------	---	---	---	----------------



21	PLS 00444/2013	Sen. Paulo Bauer - PSDB/SC	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.	Altera a Lei nº 8987/95 – que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – para estabelecer novas definições para: a) poder concedente; b) concessão de serviço público; c) concessão de obra pública; d) obra pública; determina que a concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública seja formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da presente Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação; estabelece que a concessão de obra pública ou de serviço público precedido da	SF: 18/12/2018: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura. Recebido em: PLEN - Comissão de Assuntos Econômicos em	Senado Federal
----	-------------------	----------------------------------	--	---	---	----------------



				<p>execução de obra pública ocorrerá atendidas as condições que especifica; determina que toda concessão de obra pública ou de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório; prevê modificações nas hipótese em que o edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento; estabelece que antes</p>	
--	--	--	--	--	--



				<p>da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir seu objeto; determina que o contrato de concessão poderá prever, para disputada entre a concessionária e o poder concedente ou proprietários de imóveis declarados de utilidade pública, decorrentes ou relacionadas ao contrato, o emprego de mecanismos privados de resolução, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa; altera a Lei nº 11079/04 – que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública</p>	
--	--	--	--	---	--



				<p>– para estabelecer que a concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8987/95, quando envolver, adicionalmente às formas de remuneração e amortização nela previstas, contraprestação pecuniária da Administração Pública à concessionária.</p>		
--	--	--	--	---	--	--



22	PEC 00014/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	SF: 03/04/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Antonio Anastasia, para emitir relatório.	Senado Federal
23	PLS 00236/2012	José Sarney PMDB/AP	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo dividido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a	SF: 02/04/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Rodrigo Pacheco, para emitir relatório. (Tramitam em conjunto com o PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: PLC nº 24, de 2015; e PLS nºs 117, 150, 181 e 658, de 2015; e 22 e 80, de 2016.)	Senado Federal



				<p>Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidade Pública; VI - Crimes Cibernéticos (art. 208 ao 211), VII - Crimes Contra a Saúde Pública (art. 212 ao 238); VIII – Crimes Contra a Paz Pública (art. 239 ao 258); IX - Crimes Contra a Fé Pública (art. 259 ao 270); X – Crimes Contra a Administração Pública (art. 271 ao 324); XI –</p>	
--	--	--	--	--	--



				<p>Crimes Eleitorais (art. 325 ao 338); XII - Dos Crimes Contra as Finanças Públicas (art. 339 ao 347); XIII – Crimes Contra a Ordem Econômico-Financeira (art. 348 ao 387); XIV – Crimes contra Interesses Metaindividuais (art. 388 ao 451); XV – Crimes Relativos a Estrangeiros (art. 452 ao 457); XVI – Crimes Contra os Direitos Humanos (art. 458 ao 503); XVII – Crimes de Guerra (art. 504 ao 541). O Código entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação (art. 542). Indica, de forma específica, todas as disposições legais que serão revogadas (art. 543).</p>	
--	--	--	--	--	--



24	PLS 00465/2016	Sen. Lindbergh Farias - PT/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Altera a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como as Leis nº 6.015/1973, 11.952/2009, 11.483/2007, 6.766/1979, 10.931/2004 e 12.024/2009, para estabelecer adequações operacionais no Programa, determinar a distribuição regional de recursos proporcionalmente ao déficit habitacional, prever instalação de unidades comerciais, modificar aspectos de regularização fundiária, fixar procedimentos de registro de imóveis e alterar o regime de pagamento unificado de tributos pelas construtoras contratadas, abrangendo projetos	SF: 26/03/2019: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para emitir relatório.	Senado Federal
----	-------------------	----------------------------------	--	---	--	-------------------



				de construção mista, com unidades habitacionais e comerciais.		
--	--	--	--	--	--	--



25	PLS 00268/2016	Sen. TELMÁRIO MOTA - PDT/RR Sen. Telmário Mota - PTB/RR	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Exige prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, nas contratações de obras, serviços e compras, que deverá observar o limite mínimo de 25% do valor do contrato, podendo alcançar até o seu valor integral, a critério da autoridade competente.	13/07/2016: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	Senado Federal
----	-------------------	--	---	---	--	----------------



26	PLS 00011/2015	Sen. JOSÉ MEDEIROS - PPS/MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	SF: 11/04/2019: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Fernando Bezerra Coelho, para emitir relatório.	Senado Federal
27	INC 03070/2017	Leandre PV/PR	Sugere ao Ministério da Educação a inclusão do desenho universal e seus princípios nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos superiores de graduação em engenharia e arquitetura.		12/06/2018: 1SECM - Primeira Secretaria Encaminhamento de resposta conforme Ofício 1ªSec/RI/I/n. 2241/18, de 12/06/2018	Câmara dos Deputados



28	MPV 00818/2018 MPV 00818/2018	Presidência da República	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.	CD: 05/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Of n. 428-CN, de 05/09/18, comunica o término do prazo para edição do Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n. 818, de 2018 e informa a extinção da Comissão Mista. SF: 03/09/2018: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Ação: Em 01-09-2018, esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, cuja vigência encerrou-se em 20-06-2018, com a publicação da Lei nº 13.683, de 2018, sancionada em 19-06-2018 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal). É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN). Será feita comunicação à Câmara dos Deputados. À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo. (Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional - DCN - de 06-09-2018). Recebido em: SEXPE - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional em 03/09/2018	Senado Federal
----	--	-----------------------------	---	--	----------------



29	MPV 00817/2018 MPV 00817/2018	Presidência da República	Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.	Revoga dispositivos da Lei nº 12.249, de 2010. Revoga as Leis nº 12.800, de 2013 e 13.121, de 2015.	CD: 05/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Of n. 427-CN, de 05/09/18, comunica o término do prazo para edição do Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n. 817, de 2018 e informa a extinção da Comissão Mista.	Câmara dos Deputados
----	--	-----------------------------	---	---	---	----------------------



30	PDC 00707/2017	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Susta o Decreto 9.076, de 7 de junho de 2017, que dispôs sobre a Conferência Nacional da Cidades.		11/07/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).	Câmara dos Deputados
----	-------------------	-----------------------------------	---	--	---	-------------------------



31	PDC 00733/2017	Dep. Orlando Silva - PCdoB/SP	Susta a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017, republicada em 21 de junho de 2017, do Ministério da Educação, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.		20/06/2018: CE - Comissão de Educação Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CE, pela Deputada Professora Marcivania (PCdoB-AP).	Câmara dos Deputados
----	-------------------	-------------------------------------	--	--	---	----------------------



32	PDC 00901/2018	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Susta os efeitos da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, editada pelo Conselho Arquitetura e Urbanismo - CAU.		CD: 03/12/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF)	Câmara dos Deputados
33	PEC 00285/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA Angela Amin	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.	Conhecida como "PEC da Habitação".	19/08/2015: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social".	Câmara dos Deputados
34	PEC 00039/2011	Dep. Jose Chaves - PTB/PE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a		CD: 26/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses	Câmara dos Deputados



			propriedade desses imóveis.		imóveis", e apensadas Publicado em avulso e no DCD de 27/11/2018, Letra B.	
35	PEC 00016/2015	Dep. Heráclito Fortes - PSB/PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acréscidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados



36	PEC 00027/2015	Dep. Cesar Souza - PSD/SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acrescidos e dá outras providências.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
----	-------------------	---------------------------------	--	--	---	----------------------



37	PEC 00030/2015	Dep. Lelo Coimbra - PMDB/ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		30/06/2015: PEC03911 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
38	PEC 00085/2015	Alan Rick PRB/AC	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a acessibilidade e a mobilidade urbana no rol dos direitos sociais.		16/06/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 17/06/17 PÁG 115 COL 01, Letra A.	Câmara dos Deputados



39	PL 07903/2017	Dep. Francisco Floriano - DEM/RJ	"Dispõe sobre a utilização parcial de água de reuso para fins não potáveis pelo Poder Público Federal".		CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-155/2019.	Câmara dos Deputados
----	------------------	--	--	--	--	----------------------



50	PL 07622/2017	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PTN/TO Dep. Carlos Henrique Gaguim - PODE/TO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tratar da responsabilidade civil por danos decorrentes de defeitos construtivos em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida.		CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ- 174/2019.	Câmara dos Deputados
51	PL 07592/2017	Dep. Paulo Abi- ackel - PSDB/MG	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para incluir a construção de hospitais e escolas dentre as atividades consideradas de interesse social para efeito de supressão de Área de Preservação Permanente.		CD: 02/04/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Designado Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP)	Câmara dos Deputados



52	PL 09663/2018	Dep. Pedro Cunha Lima - PSDB/PB	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.		CD: 28/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor Publicado em avulso e no DCD de 29/11/2018, Letra A.	Câmara dos Deputados
53	PL 09638/2018	Dep. Vanderlei Macris - PSDB/SP	Dispõe sobre a instalação de barras de apoio de mão nos boxes para banho destinados à utilização de hóspedes de empreendimentos ou estabelecimentos que prestem serviços de alojamento temporário, e dá outras providências.		CD: 20/03/2019: CTUR - Comissão de Turismo Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 21/03/2019)	Câmara dos Deputados



54	PL 09735/2018	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a exigência de licença ambiental prévia para a licitação de obras públicas.	Altera a Lei nº 8.666, de 1993.	CD: 20/12/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9405/2018, pelo Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), que: "Requer, de acordo com os termos regimentais, a subscrição dos Projetos de Lei, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Emenda à Constituição do Sr. Julio Lopes, para tornar o Deputado Paulo Abi-Ackel coautor das proposições legislativas mencionadas".	Câmara dos Deputados
55	PL 09788/2018	Dep. Mário Heringer - PDT/MG	Altera o art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para incluir no Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, análise de demanda por estacionamento de veículos automotores e segurança pública.		CD: 04/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



56	PL 09790/2018	Dep. Mário Heringer - PDT/MG	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", a fim de estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação à mudança do clima, e dá outras providências.		27/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295.	Câmara dos Deputados
57	PL 07504/2017	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas para bicicletas em estacionamentos.		CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-343/2019.	Câmara dos Deputados



58	PL 03524/2015	Dep. Eros Biondini - PROS/MG	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de mictórios inteligentes em banheiros de uso coletivo.		CD: 05/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Paes Landim (PTB-PI).	Câmara dos Deputados
59	PL 07963/2017	Dep. Marcelo Álvaro Antônio - PR/MG Dep. Marcelo Álvaro Antônio - PSL/MG	Altera o a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.	Estabelece que os municípios podem alterar a destinação de áreas urbanas de acordo com o interesse público.	01/08/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/08/2017.	Câmara dos Deputados
60	PL 531/2015	Dep. Luiz Nishimori - PR/PR	Determina o aproveitamento e a reutilização das águas pluviais por Órgãos Públicos.		CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ- 155/2019.	Câmara dos Deputados



61	PL 09474/2018	Dep. Chico D'angelo - PT/RJ Dep. Chico D'angelo - PDT/RJ	Estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais.		CD: 03/04/2019: CCULT - Comissão de Cultura Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Congresso Nacional
62	PL 07230/2017	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a contratação de projetos e serviços de consultoria.		CD: 28/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-555/2019.	Câmara dos Deputados
63	PL 07270/2017	Dep. Irajá Abreu - PSD/TO	Disciplina a regularização fundiária em áreas urbanas e dá outras providências.	Altera as Leis nº 11.977, de 2009 e 12.651, de 2012.	20/04/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/04/17 PÁG 101 COL 01.	Câmara dos Deputados
64	PL 09809/2018	Dep. Walter Ihoshi - PSD/SP	Isenta de custas e emolumentos registros, matrícula e averbações de imóveis tombados.	Altera dispositivo legal da Lei nº 10.169, de 2000.	04/04/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
65	PL 08277/2017	Dep. Cajar Nardes - PR/RS Dep. Cajar Nardes - PODE/RS	Dispõe sobre o reúso de água para fins não potáveis em novas edificações públicas federais e privadas residenciais, comerciais e industriais, e dá outras providências.	Altera as Leis nºs: 9.433, de 1997; 10.257, de 2001 e 11.445, de 2007.	CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-155/2019.	Câmara dos Deputados



66	PL 08474/2017	Dep. Rogério Silva - PROS/MT Dep. Rogério Silva - PMDB/MT	Altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", para alterar os valores limites das modalidades licitatórias.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
67	PL 08705/2017	Dep. Wilson Filho - PTB/PB	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a profissão de Tecnólogo de Segurança do Trabalho.		17/10/2017: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/10/17 PÁG 228 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
68	PL 10596/2018	Felipe Carreras PSB/PE	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), para criar um sistema de compartilhamento de bicicletas nas áreas urbanas.		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados



69	PL 03408/2015 PLS 00523/2013	Pedro Taques PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades específicas;	CD: 05/12/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1504/2017/SGM-P.	Câmara dos Deputados
----	---------------------------------------	------------------------	---	--	--	----------------------



				determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos para regulamentar o disposto nesta Lei.		
70	PL 06831/2010	Paes de Lira PTC/SP	Altera os arts. 213, 217-A e 225 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, dispõe sobre o crime de estupro e dá outras providências.	Fixa pena de reclusão para o crime de estupro em que ocorrer a prática de outro ato libidinoso.	10/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-8989/2017.	Câmara dos Deputados
71	PL 07909/2010	Moreira Mendes PPS/RO	Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a obrigatoriedade da instalação de bicicletários junto aos logradouros públicos.	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	CD: 10/04/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
72	PL 06342/2009	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda.		CD: 11/04/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



73	PL 09927/2018	Dep. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO Dep. Carlos Henrique Gaguim - PODE/TO	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, no conteúdo mínimo do plano diretor, normas sobre instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes)		09/04/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/04/2018.	Câmara dos Deputados
74	PL 06869/2017	Dep. Aliel Machado - REDE/PR Dep. Aliel Machado - PSB/PR	Altera a Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho 1992, para acrescentar, como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, o abandono e/ou desuso a equipamento, obra, ou quaisquer bens públicos.		CD: 20/03/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Designado Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE)	Câmara dos Deputados
75	PL 08147/2017	Dep. Jéssica Sales - PMDB/AC	Torna obrigatório o Plano de Evacuação de Unidades Hospitalares em situação de risco.		CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-471/2019.	Câmara dos Deputados



76	PL 08183/2017	Dep. João Daniel - PT/SE	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Trata de licitação nas empresas estatais.	CD: 09/04/2019: CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
77	PL 06253/2013	Dep. Wilson Filho - PTB/PB	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.		13/09/2016: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
78	PL 09177/2017	Dep. Lucio Mosquini - PMDB/RO	Dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental para os casos que especifica.		CD: 12/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-429/2019.	Câmara dos Deputados



79	PL 09240/2017	Dep. Nilto Tatto - PT/SP	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU.		21/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/12/17 PÁG 118 COL 01.	Câmara dos Deputados
80	PL 00127/2015	Dep. João Fernando Coutinho - PSB/PE	Altera a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados



81	PL 02123/2015 PLC 00005/2017	Dep. Rômulo Gouveia - PSD/PB	Inclui § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.	Determina que as despesas, de qualquer natureza, decorrentes de visitas e deslocamentos de técnicos ou demais prepostos do fornecedor e destinadas à elaboração do orçamento prévio serão suportadas exclusivamente pelo fornecedor	SF: 05/02/2019: SF-SACTFC - Secretaria de Apoio à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Relatoria encerrada por fim de mandato. Recebido em: CTFC - Secretaria de Apoio à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em	Senado Federal
82	PL 00953/2011	Dep. Bruna Furlan - PSDB/SP	Dispõe sobre o uso de material permeável na pavimentação de estacionamentos abertos.	Asfalto poroso, concreto poroso, blocos de concreto vazado.	CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados NÃO CONHEÇO DO REQUERIMENTO o pedido de desarquivamento porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados
83	PL 01776/2011	Dep. Heuler Cruvinel - PSD/GO	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispondo sobre a pavimentação das vias de circulação dos parcelamentos urbanos.		06/02/2015: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-101/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados



84	PL 06429/2009	Dep. José Airton Cirilo - PT/CE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para ampliar o período de garantia das obras de infraestrutura e de pavimentação de estradas e vias urbanas.	Amplia para seis anos o prazo da responsabilidade do empreiteiro sobre obras de pavimentação de estradas e vias urbanas.	23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1491/1996	Câmara dos Deputados
85	PL 00132/2011	Dep. Weliton Prado - PMB/MG Dep. Weliton Prado - PROS/MG	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para estabelecer como diretriz na pavimentação de vias públicas o emprego de massa asfáltica produzida com borracha de pneus inservíveis.		16/03/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-7013/2017.	Câmara dos Deputados
86	PL 07023/2010	Rodvalho PP/DF	Acrescenta parágrafo ao art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a ampliar para dez anos a garantia das obras de infraestrutura e pavimentação de		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados	Câmara dos Deputados



			estradas e vias urbanas.		Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6429/2009	
87	PL 05645/2016	Dep. Miguel Haddad - PSDB/SP	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Dispõe sobre o quórum para a realização de obra que modifique a fachada em unidade autônoma de condomínio.	CD: 05/04/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 58/19/PS-GSE. SF: 09/04/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Matéria aguardando distribuição.	Câmara dos Deputados
88	PL 02831/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



			implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).			
89	PL 06220/2016	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Amplia a competência dos juizados especiais cíveis para atuar em causas de até sessenta salários mínimos.	21/10/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 42 COL 01.	Câmara dos Deputados
90	PL 06227/2016	Dep. Mariana Carvalho - PSDB/RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar e de captação e reaproveitamento de águas pluviais em prédios de propriedade da União, e dá outras providências.		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-2776/2015	Câmara dos Deputados



91	PL 01739/2007	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP	Introduz dispositivos sobre a sustentabilidade do ambiente construído na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Estabelece a elaboração de plano de sustentabilidade do ambiente construído para municípios com mais de cem mil habitantes que incorpore soluções para projeto, construção e reciclagem das edificações com utilização de materiais sustentáveis, qualidade ambiental, eficiência energética, racionalização de uso da água, impermeabilização do solo.	14/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-9813/2018.	Câmara dos Deputados
92	PL 04235/2015	Dep. MARCELO BELINATI - PP/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar a obrigatoriedade de EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), nas construções de condomínios edifícios com mais de 80 unidades autônomas, loteamentos e		05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



			construção ou ampliação de shopping centers e mercados de grande porte, assim entendidos que tiverem área interna acima de 300 m ² , com o objetivo de combater o crescimento urbano desordenado.			
93	PL 06529/2016	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, para conferir nova atribuição aos Municípios.	Estabelece que é atribuição do Município garantir a iluminação adequada nos pontos de embarque e desembarque do transporte público.	CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados
94	PL 06139/2016	Dep. Augusto Carvalho - SD/DF	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º, inclui o inciso XIX no art. 2º e o § 5º, alíneas "a" a "g", no art. 40, todos da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para inserir a Sustentabilidade		28/09/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/16 PÁG 26 COL 01.	Câmara dos Deputados



			Urbana como um dos objetivos expressos do Estatuto das Cidades e atribuir-lhe um conceito.			
95	PL 05658/2016	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais implantadas pelo Programa.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	Câmara dos Deputados
96	PL 06876/2017	Dep. Jaime Martins - PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-428/2019.	Câmara dos Deputados
97	PL 06988/2017	Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT Dep. Professor Victório Galli - PSL/MT	Altera o § 3º do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), para instituir o seguro-garantia em todos os contratos de obras,		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-727/2019.	Câmara dos Deputados



			fornecimentos e serviços públicos.			
98	PL 06950/2017	Leandre PV/PR	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
99	PL 06977/2017	Dep. Pr. Marco Feliciano - PSC/SP Dep. Pr. Marco Feliciano - PODE/SP	Modifica o artigo 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de pichação e aumentar o valor da multa prevista no § 1º do artigo 49-A do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.		13/09/2017: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-6447/2016	Câmara dos Deputados



100	PL 07050/2017	Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT Dep. Professor Victório Galli - PSL/MT	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-727/2019.	Câmara dos Deputados
101	PL 00985/2015 PLC 00036/2015	Domingos Neto PSD	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	SF: 21/12/2018: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. Recebido em: SACCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em	Senado Federal
102	PL 00791/2011	Dep. Jovair Arantes - PTB/GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		CD: 11/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 9382/2018, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 9.382/2018, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 11.161/2018 já tramita apensado ao Projeto de Lei n. 791/2011. Publique-se. Oficie-se".	Câmara dos Deputados



103	PL 02043/2011	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		CD: 10/04/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
104	PL 01004/2011	Dep. Efraim Filho - DEM/PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		CD: 03/04/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
105	PL 04029/2008 PLC 00010/2017	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Revoga o inciso VII do art. 106 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro.	Permite que o profissional liberal estrangeiro legalmente constituído no Brasil possa participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	SF: 03/04/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido o Relatório do Senador Luiz do Carmo, com voto contrário ao Projeto.	Senado Federal
106	PL 05680/2013	Glauber Braga PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		CD: 22/01/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



107	PL 00866/2011	Onofre Santo Agostini DEM/SC	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e dá outras providências.		19/06/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8874/2018, pelo Deputado Laerte Bessa (PR-DF), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do Projeto de Lei nº 866/2011".	Câmara dos Deputados
108	PL 03788/2015	Dep. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - PMDB/TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-262/2019.	Câmara dos Deputados
109	PL 09396/2017	Dep. Waldenor Pereira - PT/BA	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia - UFSB a partir do desmembramento do Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia, e dá outras providências.		CD: 03/04/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



110	PL 09392/2017	Dep. Cabo Sabino - PR/CE Dep. Cabo Sabino - AVANTE/CE	Altera os arts. 66, 67, 68, 69 e 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		07/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/02/2018.	Câmara dos Deputados
111	PL 09399/2017	Dep. Vicentinho - PT/SP Dep. Vicentinho Júnior - PR/TO Sen. Vicentinho Alves - PR/TO	Torna obrigatória a inspeção periódica das medidas de segurança contra incêndio em edificação predial em geral e dá outras providências.		CD: 18/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o Requerimento n. 9.170/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 9.170/2018, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 9.399/2017 e n. 7.823/2014 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se."	Câmara dos Deputados
112	PL 09401/2017	Dep. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA	Altera o artigo 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 para dispor sobre limites de valores que determinam a modalidade de licitação em convite, tomada de preços ou concorrência.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados	Câmara dos Deputados



					Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	
113	PL 04615/2016	Dep. Dr. Jorge Silva - PHS/ES	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar que a alocação de recursos federais para obras estaduais e municipais seja condicionada à existência de projeto básico.		CD: 11/04/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
114	PL 07333/2002	Dep. Pompeo de Mattos - PDT/RS	Altera o art. 75 da Lei Federal nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997, vedando a realização de atos de inauguração de obras públicas, nos três meses que antecedem às eleições.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-262/2019.	Câmara dos Deputados



115	PL 04749/2009	Dep. Celso Russomanno - PRB/SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	01/02/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)	Câmara dos Deputados
116	PL 06699/2002	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	02/04/2018: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados
117	PL 01365/2011	Dep. Vieira da Cunha - PDT/RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas		CD: 26/03/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



			técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.			
118	PL 04931/2013	Ronaldo Fonseca PR/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	08/12/2016: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebimento pela CFT, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados
119	PL 00963/2015	Dep. Tereza Cristina - PSB/MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		10/04/2015: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
120	PL 04697/2012	Dep. Damião Feliciano - PDT/PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada	Câmara dos Deputados



			nos contratos e convênios de estágio.		prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-713/2019.	
121	PL 00840/2011 PLC 00016/2016	Dep. Chico Alencar - PSOL/RJ	Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei 11445/2007) a fim de assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	SF: 21/02/2019: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Carlos Viana, para emitir relatório.	Senado Federal
122	PL 04566/2008 PLC 00103/2015	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão	SF: 05/02/2019: SF-SACCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação: Relatoria encerrada por fim de mandato. Recebido em: CCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em	Senado Federal



				contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.		
123	PL 01868/2015	Dep. Felipe Bornier - PROS/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	Trata da implantação de energia solar e reaproveitamento de água em unidades habitacionais.	CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados
124	PL 00138/2011 PLC 00159/2015	Dep. Weliton Prado - PMB/MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas	SF: 01/02/2019: SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.	Senado Federal



			de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.		
125	PL 02897/2008 PLC 00059/2010	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências" (Estatuto da Cidade), no que diz respeito à arborização urbana.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
126	PL 05015/2013	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil		CD: 11/04/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 12/04/2019)	Câmara dos Deputados



			habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.			
127	PL 01650/2015	Dep. Fabio Garcia - PSB/MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		CD: 20/12/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9410/2018, pelo Deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que: "Requer a minha inclusão como coautor nas proposições abaixo relacionadas, todas de autoria do Deputado Federal Fabio Garcia".	Câmara dos Deputados
128	PL 00359/2011	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-211/2019.	Câmara dos Deputados



			Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro.			
129	PL 03568/2015	Dep. Lincoln Portela - PRB/MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		CD: 11/04/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 12/04/2019)	Câmara dos Deputados



130	PL 02664/2011	Dep. Arnaldo Jardim - PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.		CD: 10/04/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Aprovada a Redação Final.	Câmara dos Deputados
131	PL 02117/2011	Dep. Penna - PV/SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		CD: 21/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-140/2019.	Câmara dos Deputados
132	PL 09813/2018	Dep. Alessandro Molon - PSB/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 2009, para permitir o uso de técnicas de bioconstrução nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.		25/06/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Avulso Inicial	Câmara dos Deputados
133	PL 06619/2016	Dep. Julio Lopes - PP/RJ	Dá nova redação ao § 1º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a		CD: 20/12/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9406/2018, pelo Deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que: "Requer, de acordo com os termos regimentais, a subscrição	Câmara dos Deputados



			obrigatoriedade do sistema de modelagem da informação da construção, identificado pela sigla inglesa BIM - Building Information Model, na confecção de projetos executivos de obras e serviços de engenharia contratados pelos órgãos e entidades da administração pública, e dá outras providências.		do Projeto de Lei nº 6.619 de 2016, no sentido de tornar o deputado Hildo Rocha coautor dessa proposição legislativa".	
134	PL 04827/1998 PLC 00094/2002	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Institui a "Reforma Processual Civil".	04/07/2013: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PÁG 28667 COL 02, Letra D.	Senado Federal



135	PL 03729/2004	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA Sen. WALTER PINHEIRO - PT/BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.	CD: 10/04/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Designado Relator, Dep. Lucas Redecker (PSDB-RS)	Câmara dos Deputados
136	PL 07818/2014	Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



137	PL 02776/2015	Dep. Victor Mendes - PSD/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de águas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-7499/2014	Câmara dos Deputados
138	PL 08322/2014 PLS 00317/2013	Senado Federal - Ataídes Oliveira PSDB/TO	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.		CD: 28/11/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Evandro Roman (PSD-PR).	Câmara dos Deputados
139	PL 06014/2013 PLS 00491/2011	Marcelo Crivella PRB/RJ	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de	05/04/2017: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Câmara dos Deputados



				<p>estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária;</p>	
--	--	--	--	--	--



				dispõe que o acesso ao LITE será livre para os proprietários, os responsáveis pela administração, os moradores e os usuários da edificação, e para os órgãos governamentais de fiscalização.		
140	PL 08085/2014 PLS 00454/2012	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.		CD: 29/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este (a) o (a) PL-10768/2018.	Câmara dos Deputados
141	PL 06709/2009 PLS 00198/2009	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para		22/08/2016: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados



			acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.			
142	PL 06462/2009 PLS 00205/2008	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de		SF: 18/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados



			escoamento de águas pluviais.			
143	PL 03252/2012 PLS 00432/2011	Sen. Ana Rita - PT/ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Altera a Lei nº 6.766/1979 que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências" para dispor que o plano diretor definirá as áreas mínimas e máximas de lotes, os coeficientes máximos de aproveitamento e os percentuais máximos de impermeabilização do solo e do excedente percentual máximo de chuvas que poderá ser carreado para a rede pública; altera a Lei nº 11.445/2007 para dispor que o titular dos serviços públicos de	SF: 25/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados



				<p>saneamento básico disciplinará a implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas pluviais em cada lote urbano, para reduzir sua velocidade de escoamento para as bacias hidrográficas urbanas, controlar a ocorrência de inundação e contribuir para a redução do consumo da água potável tratada, e, em caso de inércia do titular, os sistemas de captação de águas pluviais no interior de cada lote deverão ser capazes de retê-las por no mínimo uma hora antes que sejam despejadas na rede pública de drenagem.</p>	
--	--	--	--	---	--



144	PL 06905/2017 PLS 00504/2013	Sen. Wilder Morais - PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que "dispõe sobre desapropriações por utilidade pública", para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.		CD: 04/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
145	PL 03046/2015 PLS 00502/2011	Sen. Paulo Paim - PT/RS	Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.		CD: 04/09/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados



146	PL 05068/2016 PLS 00212/2008	Sen. Cristovam Buarque - PPS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz de política urbana que visa a garantir condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos.		CD: 13/08/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Ofício nº 141/2018/PS-GSE ao Senado Federal, encaminhando autógrafa sancionado. SF: 13/08/2018: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal.	Câmara dos Deputados
-----	---------------------------------------	---------------------------------------	--	--	---	-------------------------



	PL 10108/2018 PLS 00051/2015	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
147	PL 05733/2009 PLS 00023/2004	Sen. MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		CD: 27/03/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação	Câmara dos Deputados



148	PL 02579/1992 PLC 00057/1994	VASCO FURLAN PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		11/04/2012: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"".	Câmara dos Deputados
-----	---------------------------------------	---------------------------	--	--	--	----------------------



149	PL 09818/2018	Dep. Ricardo Izar - PP/SP	Revoga os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro julho de 2010.	Revoga prerrogativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de definir área de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas e áreas de atuação compartilhada.	CD: 22/03/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
-----	------------------	------------------------------	--	--	--	-------------------------



150	PL 06179/2009	Dep. Bonifácio de Andrada - PSDB/MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	CD: 19/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
151	PL 04923/2013	Nilda Gondim PMDB/PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		05/09/2017: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7178/2017, pelo Deputado Alexandre Leite (DEM- SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.923 de 2013, que 'dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento".	Câmara dos Deputados



152	PL 02245/2007	Dep. Reginaldo Lopes - PT/MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		CD: 20/02/2019: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 532/2019, pelo Deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Nº 2245, de 2007, que Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências".	Câmara dos Deputados
153	PL 04302/2012	Dep. Laercio Oliveira - SD/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-144/2019.	Câmara dos Deputados



154	PL 07093/2014 PLC 00164/2015	Irajá Abreu PSD	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) para dispensar o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.	SF: 02/04/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Ação: Recebido, às 12h35, relatório do Senador Antonio Anastasia com voto favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Senado Federal
155	PL 02546/2015	Dep. Vinicius Carvalho - PRB/SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		04/09/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso 04/09/2017 20:27:00. Foi apresentado um recurso.	Câmara dos Deputados



156	PL 05851/2013 PLC 00026/2018	Onofre Santo Agostini PSD/SC	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		SF: 13/03/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Jorginho Mello, para emitir relatório.	Câmara dos Deputados
157	PL 03637/2015 PLS 00388/2014	Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou	CD: 12/04/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 15/04/2019)	Câmara dos Deputados



				para formação de sítios de recreio.		
158	PL 00696/2003 PLC 00166/2008	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		SF: 22/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: A COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
159	PL 05010/2016	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados



160	PL 05011/2016	Dep. Lúcio Vale - PR/PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados
161	PL 03636/2015 PLS 00105/2015	RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para permitir que o Ministério Público e a Advocacia Pública celebrem acordo de leniência, de forma isolada ou em conjunto, no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	CD: 12/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-207/2019.	Câmara dos Deputados



162	PL 08454/2017 PLS 00137/2017	Sen. João Alberto Souza - PMDB/MA	Dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros.		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
163	PL 09617/2018 PLS 00325/2017	Sen. João Capiberibe - PSB/AP	Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em		CD: 10/04/2019: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados



			aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular			
164	PL 01794/2015	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.		10/05/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).	Câmara dos Deputados
165	PL 03057/2000	Bispo Wanderval PL/SP	Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de	Estabelece que para o registro de loteamento	21/11/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Em razão da apensação do PL 8999/2017 ao PL	Câmara dos Deputados



			1979, numerando-se como § 1º o atual parágrafo único.	suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.	7013/2010, a matéria passará a tramitar sob o regime de Prioridade. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	
166	PL 06151/2016	Dep. Flávia Morais - PDT/GO	Acrescenta dispositivos às leis nº 10.520/02 e 8.666/1993.	Proíbe a contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade de pregão.	CD: 08/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-297/2019.	Câmara dos Deputados
167	PL 01227/2015	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.		CD: 03/04/2019: CE - Comissão de Educação Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 04/04/2019)	Câmara dos Deputados



168	PL 03147/2015	Dep. Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.		28/11/2016: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 29/11/16, PÁG 119 COL 01, Letra B.	Câmara dos Deputados
169	PL 04328/2016	Dep. Laura Carneiro - PMDB/RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		CD: 18/12/2018: PLEN - PLENÁRIO Apresentação do Requerimento n. 9376/2018, pelo Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que: "Requer a coautoria das proposições listadas abaixo, da Sra. Laura Carneiro".	Câmara dos Deputados
170	PL 04990/2016	Dep. Luizianne Lins - PT/CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		CD: 21/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-331/2019.	Câmara dos Deputados



171	PL 01944/2015 PLC 00061/2018	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.	Obriga os conselhos federais e regionais de fiscalização de profissões regulamentadas a disponibilizar, gratuitamente, em suas sedes e em seus sítios na internet, meios de acesso a informações cadastrais dos profissionais registrados, das quais deverão constar nome completo e fotografia de rosto atualizada do profissional, seu número de registro, especialidade, se houver, e local principal de sua atividade, além de outras informações, a critério dos conselhos.	SF: 21/02/2019: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Jorge Kajuru, para emitir relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.	Senado Federal
172	PL 05139/2009	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989;	12/05/2010: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados



			homogêneos, e dá outras providências.	8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.		
173	PL 01562/2011 PLC 00017/2016	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		SF: 07/03/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Rodrigo Cunha, para emitir relatório.	Senado Federal
174	PL 02629/2011	Dep. Fábio Faria - PSD/RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		CD: 21/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-140/2019.	Câmara dos Deputados



175	PL 05772/2016	Dep. Vinicius Gurgel - PR/AP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, de modo a reajustar os limites adotados para as modalidades de licitação.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-6957/2002	Câmara dos Deputados
176	PL 06441/2016	Dep. Vanderlei Macris - PSDB/SP	Altera a Lei 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Exige a apresentação de projeto executivo antes da licitação.	CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019.	Câmara dos Deputados



177	PL 01242/2015	Deley PTB/RJ	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.		CD: 28/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-555/2019.	Câmara dos Deputados
178	PL 06058/2016	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 11.977, de 2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), para dispor sobre a implantação de calçadas ecológicas.		05/10/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 06/10/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados



179	PL 05909/2016	Dep. Fábio Mitidieri - PSD/SE	Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.	Altera a Lei nº 8.666 de 1993.	22/12/2017: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Publicado em avulso e no DCD de 23/12/2017, Letra A.	Câmara dos Deputados
180	PL 01213/2015	Dep. João Fernando Coutinho - PSB/PE Dep. João Fernando Coutinho - PROS/PE	Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer a obrigatoriedade do Projeto Executivo antes do início de obras públicas.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ- 211/2019.	Câmara dos Deputados
181	PL 03876/2015	Dep. Edmilson Rodrigues - PSOL/PA	Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providencias.		CD: 28/03/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Laercio Oliveira (PP-SE)	Câmara dos Deputados



182	PL 04330/2004 PLC 00030/2015	Sandro Mabel MDB	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	SF: 12/03/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Angelo Coronel, para emitir relatório. (Tramitam em conjunto os PLC's nºs 30 e 195, de 2015, e o PLS nº 339, de 2016.)	Senado Federal
183	PL 06207/2013	Walter Feldman PSDB/SP	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes		CD: 20/03/2019: CVT - Comissão de Viação e Transportes Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 21/03/2019)	Câmara dos Deputados



			da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a circulação de pedestres e ciclistas.			
184	PL 05871/2016	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Revoga os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para extinguir o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências.		23/03/2018: PL129295 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1292, de 1995, do Senado Federal, que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", e apensados Recebimento pela PL129295, apensado ao PL-1758/2015	Câmara dos Deputados
185	PL 09938/2018 PLS 00252/2014	Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para instituir a adoção de práticas de construção sustentável na política urbana.		CD: 17/04/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/04/2018.	Câmara dos Deputados
186	PL 01292/1995 PLS 00163/1995	Lauro Campos	Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	CD: 10/04/2019: PLEN - PLENÁRIO Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados



			licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.			
187	PL 02457/2011 PLS 00411/2007	Senado Federal - Marcelo Crivella PRB/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação, para instituir mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.		09/07/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Recebido o Informativo da CONOF.	Câmara dos Deputados



188	PL 05765/2016	Dep. Iracema Portella - PP/PI	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.		22/05/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Designado Relator, Dep. Fausto Pinato (PP-SP)	Câmara dos Deputados
189	PL 06560/2016	Dep. Eduardo Barbosa - PSDB/MG	Altera a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, para dispor sobre a formação do profissional de Engenharia de Segurança do Trabalho.		13/12/2016: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/16, PÁG 360 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
190	PL 06773/2006 PLC 00169/2015	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para		SF: 28/03/2019: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: Anexado o texto revisado (fl. 33).	Senado Federal



CAU/BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares

			licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.			
--	--	--	---	--	--	--



191	PL 05334/2016	Dep. EDINHO ARAÚJO - PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		10/06/2016: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/06/16 PÁG 39 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
-----	------------------	------------------------------------	--	--	---	----------------------



192	PL 05793/2016	Rocha PSDB/AC	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração energia renováveis não convencionais (fonte solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e resíduos sólidos).		CD: 21/01/2019: CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Recebimento pela CMADS, apensado ao PL-2117/2011	Câmara dos Deputados
193	PL 05858/2013 PLS 00119/2011	Senado Federal - Acir Gurgacz PDT/RO	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.		CD: 05/11/2018: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação. SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados



194	PL 05664/2016	Zé Silva SD/MG	Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		CD: 19/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-23/2019.	Câmara dos Deputados
195	PL 08331/2015 PLS 00541/2011	Senado Federal - Aloysio Nunes Ferreira PSDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.		SF: 06/11/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ. Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados



196	PL 06814/2017 PLS 00559/2013	Senado Federal	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.		CD: 21/06/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-10415/2018.	Senado Federal
197	PL 05420/2013 PLS 00356/2011	Sen. Ana Amélia - PP/RS	Acrescenta inciso VI ao art. 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para a elaboração do plano diretor e de outras normas dele decorrentes.		CD: 10/04/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
198	PL 03228/2008 PLS 00350/2005	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares PSB/PE	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão		CD: 11/12/2018: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP).	Câmara dos Deputados



			humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.			
199	PL 07841/2014 PLS 00399/2011	Sen. Roberto Requião - PMDB/PR	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.		CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-566/2019porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	Câmara dos Deputados



200	PL 02861/2008 PLS 00227/2005	ALVARO DIASVER IMAGEM DAS ASSINATURAS	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nos de Química, o piso salarial mínimo.		CD: 08/04/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este(a) o(a) PL-1710/2019.	Câmara dos Deputados
201	PLP 00327/2016	Dep. Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de modificar as faixas de receita brutas de empresas optantes do Simples Nacional e dá outras providências.		CD: 22/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-161/2019.	Câmara dos Deputados



202	PLP 00137/2015 PLS 00199/2015	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências.		SF: 18/10/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Ação: À COARQ Recebido em: COARQ - Secretaria de Expediente em	Câmara dos Deputados
203	PLP 00453/2017	Dep. Gonzaga Patriota - PSB/PE	Altera a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, atribuindo ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.		CD: 26/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-240/2019.	Câmara dos Deputados



204	PLP 00464/2017	Dep. Valadares Filho - PSB/SE	Dispõe sobre o procedimento para a incorporação de municípios, nos termos do § 4º do art.18 da Constituição Federal de 1988.		22/02/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/02/2018.	Câmara dos Deputados
205	PLP 00399/2008	Dep. Geraldo Resende - PSDB/MS	Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	Inclui como beneficiárias do Simples Nacional as empresas de prestação de serviços de arquitetura e agronomia.	CD: 09/04/2019: CFT - Comissão de Finanças e Tributação Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
206	PLP 00482/2018	Dep. André Amaral - PMDB/PB Dep. André Amaral - PROS/PB	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer regra para a execução de transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de obras públicas e projetos de engenharia		22/03/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 23/03/2018.	Câmara dos Deputados



207	PLP 00384/2017	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Concede condições especiais de pagamento de tributos à micro e pequena empresa constituída por pessoas com idade entre dezoito e vinte e cinco anos.	CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-174/2019.	Câmara dos Deputados
208	PL 10657/2018	Vanderlei Macris PSDB/SP	Tipifica o crime de fraude em obra ou serviço de engenharia.	Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 1940.	CD: 20/08/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/08/2018.	Câmara dos Deputados



209	PL 10653/2018	Pedro Paulo DEM/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a fim de elevar para 5% o percentual mínimo de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) adaptadas ao uso por pessoas com deficiência e para determinar que as demais unidades sejam construídas de forma a permitir adaptações posteriores diferenciadas de acordo com as necessidades dos usuários.		CD: 21/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-96/2019.	Câmara dos Deputados
210	CD: PLP 00500/2018 SF: PLC 00076/2018	Jorginho Mello PR/SC	Altera Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018 que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo		CD: 05/09/2018: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebimento do Ofício nº 420/2018 (CN) comunicando veto total e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafa do PLP 500/2018.	Câmara dos Deputados



			<p>Simple Nacional (Pert-SN), a fim de permitir a entrada novamente dos optantes do simples nacional excluídos em janeiro de 2018. NOVA EMENTA: Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.</p>			
--	--	--	--	--	--	--



211	CD: MPV 00851/2018 SF: MPV 00851/2018	Presidência da República	Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências.	Institui o marco regulatório dos fundos patrimoniais: criação, gestão e fiscalização, instrumentos de parceria com o setor público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto.	CD: 20/02/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Recebimento do Ofício nº 53/2019 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do PLv 31/2018 (MPV 851/2015) SF: 12/02/2019: SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional Ação: Matéria aguardando edição de decreto legislativo (art. 62, §11, da Constituição Federal) até 04/04/2019.	Câmara dos Deputados
212	CD: PL 06474/2009 SF: PLC 00083/2017	Jaime Martins PROS	Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.	Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB), para incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte, a ser implementado em todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, visando a melhoria das condições de mobilidade urbana, financiado com parcela da arrecadação de multas de trânsito, parcela da CIDE-combustíveis, dotações	CD: 11/08/2017: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 183/2017/PS-GSE. SF: 17/09/2018: SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À SANÇÃO Ação: Remetido Ofício SF nº 1.028 de 17/09/18, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF nº 133/18, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 35 a 39). Remetido Ofício SF nº 1.029, de 17/09/18, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação sem alterações, em revisão, e o seu	Senado Federal



				orçamentárias e contribuições e doações.	encaminhamento à sanção presidencial (fls. 40).	
213	PL 1104/2015	Adail Carneiro PHS/CE	Dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais, e dá outras providências.		CD: 19/03/2019: CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
214	PLS 00402/2018	Hélio José PROS/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na	Altera o Estatuto da Cidade, para estabelecer que os projetos que tratem de serviços, equipamentos e instalações abertos ao público ou de uso	SF: 11/04/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído à Senadora Mara Gabrilli, para emitir relatório.	Senado Federal



			concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.	coletivo devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.		
215	VET 00029/2018	Presidência da República	Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 - Complementar (nº 500/2018 - Complementar, na Casa de origem), que "Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018".		SF: 19/12/2018: SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE A SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL INICIADA EM 18/12/2018, CONCLUÍDA EM 19/12/2018 E PUBLICAÇÃO NO DCN DE 20/12/2018) Encaminhados à publicação os seguintes requerimentos: - Requerimento nº 87, de 2018-CN, subscrito pelo Deputado Jovair Arantes, pela liderança do PTB/PROS na Câmara dos Deputados, solicitando, nos termos do artigo 106-D, I do Regimento Comum, destaque para votação em separado do presente VET 29/2018; e - Requerimento nº 88, de 2018-CN, subscrito pelo Deputado José Carlos Aleluia, pela liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, solicitando, nos termos do artigo 106-D, do Regimento Comum, destaque para votação em separado do presente VET 29/2018; e - Requerimento nº 89, de 2018-CN, subscrito pelo	Congresso Nacional



					Deputado José Rocha, pela liderança do PR na Câmara dos Deputados, solicitando, nos termos do artigo 106-D, do Regimento Comum, destaque para votação em separado do presente VET 29/2018. (Matéria constante da cédula eletrônica de vetos, sendo destacado, na íntegra, para votação em separado no painel eletrônico) A matéria, destacada na íntegra, deixa de ser votada nesta oportunidade. Recebido em: SLCN - Secretaria de Atas e Diários em	
216	PDC 01068/2018	Professor Victório Galli PSL/MT	Susta a Agenda 2030 (ONU), que formulam políticas que estimulam a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Governos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais, ações que dialogam com o cumprimento dos ODS por meio de ações integradas, para erradicar a pobreza, promover o crescimento		CD: 21/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/11/2018.	Câmara dos Deputados



			econômico e a sustentabilidade do planeta.			
217	PLP 00547/2018	Zé Silva SD/MG	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer a obediência ao fluxo orçamentário-financeiro na execução de obras e serviços de engenharia (Fluxo Orçamentário-Financeiro das Obras).		CD: 21/11/2018: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
218	PL 10996/2018	Hildo Rocha MDB/MA	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as		CD: 27/11/2018: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 28/11/2018.	Câmara dos Deputados



			atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.			
219	MPV 00862/2018	Presidência da República	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole.		CD: 20/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Rodrigo Pacheco. SF: 11/04/2019: CMMPV 862/2018 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 862, de 2018. Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 16 de abril de 2019.	Congresso Nacional
220	PL 11216/2018	Givaldo Vieira PCdoB/ES	Altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que "institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências; e altera		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



			dispositivos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico e dá outras providências.			
221	PLS 00529/2018	Dalirio Beber PSDB/SC	Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade; nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal; e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, para fortalecer a autonomia local e a segurança jurídica em matéria ambiental e urbanística.	Propõe introdução na Política Nacional do Meio Ambiente e no Estatuto da Cidade de diretrizes relativas à garantia da segurança jurídica e ao respeito ao direito adquirido e ao direito de propriedade, que estariam caracterizados a partir do cumprimento dos ônus de urbanização, no caso de loteamentos, e da expedição do habite-se, no caso de edificações.	SF: 21/03/2019: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído à Senadora Soraya Thronicke, para emitir relatório.	Senado Federal



222	PL 11161/2018	Carlos Henrique Gaguim DEM/TO	Acrescenta § 2º ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para atribuir aos conselhos de fiscalização do exercício profissional a prerrogativa de avaliar a compatibilidade entre o conteúdo programático de cursos de pós-graduação e as profissões por eles abrangidas, bem como para apurar a respectiva qualidade.		CD: 11/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Despacho exarado no Requerimento n. 9382/2018, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 9.382/2018, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 11.161/2018 já tramita apensado ao Projeto de Lei n. 791/2011. Publique-se. Oficie-se".	Câmara dos Deputados
223	MPV 00868/2018	Presidência da República	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de		SF: 11/04/2019: CMMPV 868/2018 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 868, de 2018. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Convocada Reunião da Comissão Mista para o dia 16 de abril de 2019.	Congresso Nacional



			saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.			
224	PL 01250/2019	Mara Gabrilli PSDB/SP	Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.		SF: 22/03/2019: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Lucas Barreto, para emitir relatório.	Senado Federal



225	PL 04095/2012	Bohn Gass PT/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		CD: 12/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-445/2019.	Senado Federal
226	PL 00783/2019	Clarissa Garotinho PROS/RJ	Altera a Lei nº 9615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) para incluir dispositivos de higiene, segurança e salubridade aos alojamentos de clubes e entidades desportivas e dá outras providências.		CD: 12/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/03/2019.	Câmara dos Deputados
227	PL 06779/2016	Mariana Carvalho PSDB/RO	Institui o programa de apadrinhamento de espaços públicos.		CD: 04/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
228	PL 05638/2016	Carlos Bezerra PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da		CD: 12/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-376/2019.	Câmara dos Deputados



			Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.			
229	PL 00617/2019	Luiz Nishimori PR/PR	Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências.		CD: 11/03/2019: CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Recebimento pela CTASP.	Câmara dos Deputados
230	PLP 00016/2019	Alvaro Dias PODE/PR	Regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de	Estabelece o regulamento da empresa pública e da sociedade de economia mista exploradoras de atividade econômica.	SF: 27/02/2019: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Tasso Jereissati, para emitir relatório.	Senado Federal



			bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias.			
231	PL 00722/2019	André Fufuca PP/MA	Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.		Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.	Câmara do Deputados
232	SUG 00028/2018	Programa e-Cidadania	Fim da anualidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas		SF: 26/02/2019: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: A matéria continua na relatoria do Senador Sérgio Petecão.	Senado Federal
233	PL 00357/2019	Leandre PV/PR	Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para equiparar a resíduos perigosos os rejeitos de mineração depositados em		CD: 19/02/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/02/2019.	Câmara dos Deputados



			barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento e para prever a utilização de instrumentos econômicos para a redução de geração e o aproveitamento desses rejeitos e o desenvolvimento de tecnologias de maior ganho social e menor risco ambiental.			
234	PL 00293/2019	Rubens Otoni	Altera e acrescenta dispositivos à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 para regular a destinação ou disposição final de resíduos provenientes da construção civil e das demolições.		CD: 18/02/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 19/02/2019.	Câmara dos Deputados



235	PL 00509/2019	Luiz Lima PSL/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para prever a obrigatoriedade de elaboração de "plano de gestão democrática" como parte integrante do plano diretor das cidades.		CD: 03/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
236	MPV 00873/2019	Poder Executivo	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Determina que a contribuição sindical será paga por meio de boleto bancário, após autorização expressa, individual e por escrito do trabalhador.	CD: 21/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Ofício n. 89-CN, de 20/03/19, comunica a constituição da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e informa o calendário para sua tramitação.	Congresso Nacional
237	PL 09746/2018	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais,		CD: 26/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-910/2019.	Câmara dos Deputados



			efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.			
238	PL 01005/2019	Ricardo Izar PP/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, prevendo a implantação de calçadas ecológicas e dá outras providências.		CD: 25/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/03/2019.	Câmara dos Deputados
239	PEC 00425/2018	João Paulo Papa PSDB/SP	Dá nova redação aos Artigos 6º e 23 da Constituição Federal para dispor sobre o saneamento básico como direito social e o acesso aos serviços públicos de saneamento básico como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-811/2019.	Câmara dos Deputados



240	PL 07750/2017	Aureo SD/RJ	Dispõe sobre a utilização do símbolo internacional de acessibilidade; modifica a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e dá outras providências.		CD: 10/04/2019: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
241	PL 06876/2017	Jaime Martins PSD/MG	Modifica a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre as diretrizes da política urbana, o desenho urbano que privilegie a locomoção por pedestres e ciclistas		CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-410/2019.	Câmara dos Deputados
242	PL 07061/2017	Damião Feliciano PDT/PB	Altera a lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para incluir o direito à mobilidade.		CD: 04/04/2019: CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
243	PEC 93/2015	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal.	Torna o saneamento básico um direito social.	CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-811/2019.	Câmara dos Deputados



244	José Medeiros PODE/MT	José Medeiros PODE/MT	Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.		CD: 19/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/03/2019.	Câmara dos Deputados
245	PL 08970/2017	Julio Lopes PP/RJ	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	Altera as Leis nº 6.015 de 1973; 8.666 de 1993; 8.934 de 1994 e 9.099 de 1995.	CD: 19/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Apense-se a este (a) o (a) PL-772/2019.	Câmara dos Deputados
246	PL 00940/2019	Elcione Barbalho MDB/PA	Altera a Lei nº 13.245, de 30 de março de 2017, e dá outras providências.		CD: 26/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/03/2019.	Câmara dos Deputados
247	PL 00816/2011	Rubens Bueno PPS/PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		CD: 25/03/2019: MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-167/2019.	Câmara dos Deputados
246	PLS 00368/2012	Ana Amélia PP/RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no §	SF: 28/03/2019: CMA - Comissão de Meio Ambiente Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Redistribuído ao Senador Eduardo Braga, para emitir relatório.	Senado Federal



			Permanentes em áreas urbanas.	9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da		
--	--	--	-------------------------------	---	--	--



				mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo, respeitado, no que couber, o plano de defesa civil.		
247	PL 01215/2019	Ricardo Izar PP/SP	Altera os artigos 23 e 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os limites aplicáveis às modalidades de licitação e os percentuais aplicados para caracterizar dispensa de licitação.		CD: 28/03/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/03/2019.	Câmara dos Deputados



248	CD: PL 02724/2015 SF: PL 01829/2019	Carlos Eduardo Cadoca PDT	Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.	Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.	SF: 02/04/2019: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues, para emitir relatório.	Senado Federal
249	PLS 00091/2014	Alvaro Dias PODE/PR	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras	SF: 26/03/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



			para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	providências – para estabelecer que nenhuma licitação pode ser iniciada sem que os respectivos projetos básico e executivo estejam plenamente atendidos em todos os seus requisitos e atestados por parecer jurídico do órgão responsável pelo processo licitatório que comprove tal regularidade; estabelece que o não cumprimento da regra acima referida sujeita o dirigente do órgão responsável pelo processo licitatório a responder pelo crime de responsabilidade.		
250	PLS 00426/2013	Alvaro Dias PODE/PR	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inc. XXI, da CF/88, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para	SF: 26/03/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Encaminhado ao Plenário. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



			<p>Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).</p>	<p>instituir Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); estabelece que o concurso que tiver por objeto a seleção de estudos, investigações, levantamentos ou projetos a serem utilizados na preparação de concessão comum, patrocinada ou administrativa poderá ser realizado sob a forma de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); elenca informações que devem constar do edital do PMI; determina que o valor máximo de eventual remuneração pelo conjunto de estudos, investigações, levantamentos ou projetos não poderá ultrapassar 2,5% do valor total estimado dos investimentos</p>		
--	--	--	---	--	--	--



				<p>necessários à implementação da respectiva concessão; determina que os interessados em apresentar projetos, estudos, levantamentos ou investigações deverão apresentar requerimento de autorização no qual conste o detalhamento das atividades que pretendem realizar; estabelece critérios para a referida autorização; também estabelece critérios para a avaliação e a seleção pela Administração dos estudos, investigações, levantamentos ou projetos; revoga expressamente o art. 21 da Lei nº 8987/95 – que Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços</p>	
--	--	--	--	---	--



				públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências – e o art. 31 da Lei nº 9074/95 – que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.		
251	PL 00230/2019	Roberto de Lucena	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, além de definir a norma padrão de acessibilidade a ser seguida, e dá outras providências.		CD: 09/04/2019: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



253	PL 9025/2017	Nilto Tatto PT/SP	Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.		CD: 10/04/2019: CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 11/04/2019)	Câmara Deputados
254	PL 01357/2019	Célio Studart PV/CE	Institui, em todo território nacional, o selo "Acessibilidade Nota 10", como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.		CD: 08/04/2019: CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 09/04/2019)	Câmara dos Deputados
255	CD: PL 03370/2012 SF: PLC 00031/2014	Augusto Coutinho SD	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais,	SF: 04/04/2019: PLEN - Plenário do Senado Federal Ação: Aguardando leitura de Requerimento, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita desarquivamento da matéria. Recebido em: SEADI - Plenário do Senado Federal em	Senado Federal



			<p>públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.</p>	<p>comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre a</p>		
--	--	--	--	---	--	--



				Política Nacional de Manutenção Predial.		
256	CD: PL 07607/2010 SF: PLC 00013/2013	José Chaves PTB	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	SF: 10/04/2019: SF-ATRSGM - Assessoria Técnica Ação: Juntados aos autos do processo o original de manifestação do Ofício nº 127/2018 Pres. Biênio 2017/2019, do Presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SAERJ, Haroldo Mattos de Lemos, e a cópia da carta-resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello. (fls. 142/146). Juntados aos autos do processo o original de manifestação do Ofício Nº 3000/173/2018/ANSEAF/PRESIDÊNCIA, do Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos Urbanistas e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF, José Roberto Senno, e a cópia da carta-resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello. (fls. 147/179), bem como a manifestação do Ofício Nº 3.033/33/2019/ANSEAF, do cidadão supracitado, e a cópia da carta-resposta encaminhada pelo Secretário-Geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira	Senado Federal



					de Mello. (fls. 180/190). Recebido em: PLEN - Assessoria Técnica em 11/04/2019	
257	PL 01549/2019	Schiavinato PP/PR	Altera ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação à distância e dar outras providências.		CD: 09/04/2019: CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família Recebimento pela CSSF.	Câmara dos Deputados
258	PL 10835/2018	Carlos Sampaio PSDB/SP	Altera a Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para incentivar a proteção e a preservação do patrimônio histórico brasileiro.		CD: 03/04/2019: CCULT - Comissão de Cultura Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 04/04/2019)	Câmara dos Deputados
259	PL 01592/2019	Celina Leão PP/DF	Dispõe sobre a fixação de obstáculos nos limites nas quadras ou conjuntos residenciais dos Estados e do Distrito Federal.		CD: 12/04/2019: CVT - Comissão de Viação e Transportes Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 15/04/2019)	Câmara dos Deputados



260	PL 01561/2019	Edna Henrique PSDB/PB	Dispõe sobre a climatização e conforto térmico em estabelecimentos públicos e privados de saúde.		CD: 11/04/2019: CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/04/2019.	Câmara dos Deputados
261	PL 2289/2015	Senado Federal - Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos	Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.		CD: 10/04/2019: PLEN - PLENÁRIO Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação do REQ 898/2019 => PL 2289/2015.	Câmara dos Deputados